

**RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES**

2016



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL



SUMÁRIO

04 MENSAGEM DA
DIRETORIA EXECUTIVA

06 SÍNTESE DOS
RESULTADOS

07 GESTÃO DE
INVESTIMENTO

13 DEMONSTRATIVO ANALÍTICO
DE INVESTIMENTOS

18 INFORMAÇÕES REFERENTES À
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

23 INFORMAÇÕES
PREVIDENCIAIS

24 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL
E NOTAS EXPLICATIVAS

40 PARECERES



MENSAGEM DA
DIRETORIA

Prezados Participantes e Assistidos,

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses apresenta o seu Relatório Anual de Informações (RAI) do exercício de 2016, compondo-se das informações e dados do desempenho obtido pela Entidade no último ano.

O Relatório é uma publicação regulamentada pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos Participantes e Assistidos dos Planos de Benefícios.

Para nós, o RAI vai além de uma obrigatoriedade. Ele é o reforço do nosso compromisso de transparência na administração dos Planos, aproximando a Fundação de seus Participantes Ativos, Aposentados, Pensionistas, Patrocinadores e órgãos reguladores.

Tivemos grandes avanços em 2016. Internamente, a Baneses caminhou a passos firmes na construção do Plano III de Aposentadoria e rumo às melhores práticas de governança, gestão e controles internos. No campo da Educação Financeira e Previdenciária, o programa “Baneses com Você” deu sequência as suas atividades percorrendo um número recorde de municípios de norte a sul do estado (13), e contando com a participação de mais de 300 pessoas. Nos encontros, pudemos informar e alertar a todos para o cenário do aumento da longevidade e da queda nas taxas de juros, destacando a importância em se tomar medidas que possam melhorar nossos benefícios de aposentadoria e nos preparar para o futuro, além de abordar temas de investimentos, rentabilidade, lógica dos reajustes e esclarecimento de dúvidas.

O ano também foi de novidades. Lançamos um novo programa, o “Seu Futuro é Agora”, uma campanha sistemática para incentivo ao aumento de contribuição dos Participantes. Nesta ação, buscamos também incentivar o acompanhamento frequente das reservas, utilizando o simulador de aposentadoria e o mais recente simulador de benefício fiscal.

Todas essas ações tiveram resultados notórios. Durante o último ano, pudemos observar dezenas de Participantes aumentando sua contribuição para 9% ou mais, uma mudança que certamente influenciará positivamente na vida deles e de seus familiares.

Sabemos, porém, que 2016 não foi fácil. O ano foi marcado por muitas incertezas na economia global. No Brasil, fomos agravados também por uma forte instabilidade política. Mas, apesar dessas dificuldades, o desempenho da Baneses, segundo dados da Associação Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), manteve-se dentro da média dos planos similares ao nosso (Contribuição Variável) e acima da média dos Fundos de Pensão em geral. Nossa rentabilidade acumulada foi de 15,19%, superando a nossa meta para período (13,31%), totalizando, ao final do ano, um patrimônio de R\$ 1,53 bilhão.

Em meio a tudo isso, o que podemos garantir a vocês, Participantes e Assistidos, é que a Fundação Banestes seguirá, incansavelmente, trabalhando na busca pela valorização do nosso Patrimônio e na construção de uma Entidade cada vez mais sólida, eficaz e transparente.

A sua participação nessa caminhada é essencial. Afinal de contas, esta casa é NOSSA!

Uma boa leitura a todos.

Síntese dos resultados

Todos os resultados da Baneses no ano de 2016 estão detalhados neste Relatório. Confira, abaixo, uma síntese dos principais números:

- A Baneses pagou R\$ 113,88 milhões entre benefícios a seus Aposentados e Pensionistas e pagamento de Resgates, e recebeu R\$ 52,49 milhões entre contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocinados, Assistidos e Patrocinadores, e as receitas do Contrato do Governo;
- A Baneses encerrou o ano de 2016 com 2.090 Assistidos (Aposentados e Pensionistas) e 1.956 Participantes (Ativos, Autopatrocinados, Vinculados e em suspensão de contribuição), frente aos 2.041 Assistidos e 2.044 Participantes no ano anterior;
- O exigível atuarial cresceu 9,53%, de R\$ 1,40 bilhão para R\$ 1,53 bilhão;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano cresceu 8,79%, de R\$ 1,39 bilhão para R\$ 1,51 bilhão;
- A Baneses encerrou o exercício com Déficit Contábil de R\$ 21,58 milhões;
- O principal fator que levou ao déficit de 2,03% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013,

devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo estudo atuarial, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma, o déficit atuarial é de natureza conjuntural, sendo desnecessário a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2017, conforme estabelecido no artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29/09/2008;

- A rentabilidade da Baneses foi de 15,19% (pelo método de Taxa Interna de Retorno do Patrimônio Líquido Contábil), superior à meta atuarial (IGP-DI + 5,75%a.a.) de 13,31%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos de renda variável (28,41%), empréstimos (15,71%) e renda fixa (14,42%). Os resultados inferiores às necessidades atuarias estiveram localizados nos segmentos de investimentos em imóveis (8,16%) e investimentos estruturados (2,80%);
- Os fatores mais relevantes que contribuíram positivamente para o resultado do ano foram as rentabilidades obtidas em ações negociadas na bolsa de valores (55,86%), presente na carteira própria da Baneses, em fundos de investimentos em ações (18,06%) e em títulos do tesouro nacional (14,31%), superando a meta atuarial (13,31%).

Gestão de Investimento

O início do ano de 2016 foi bastante atribulado, com perspectivas ruins para a economia brasileira e muitas incertezas na economia global. Em meados de fevereiro, com maior tranquilidade no exterior e expectativa cada vez maior sobre ajustes no campo político nacional, o mercado passou a ter desempenho muito satisfatório.

Os ativos de maior risco (bolsa, juros de longo prazo) foram aqueles que apresentaram melhor performance ao longo de todo o ano – notadamente, em função da enorme redução da percepção mundial sobre o risco Brasil. Esse desempenho permeou a maior parte das estratégias, fazendo com que o retorno dos fundos e ativos locais fossem bastante atrativos.

Acompanhando tal melhora, a inflação apresentou forte queda, e fechou o ano em 6,29%, dentro da banda estabelecida para a meta do IPCA. A taxa SELIC começou a sofrer ajustes, mas os cortes foram tímidos e concentrados no final do ano, fechando em 13,75%. O PIB não respondeu de imediato a tais cortes, e

a recessão permaneceu forte durante o ano. A retração foi de 3,6% em relação ao ano anterior.

Em função da mudança de perspectiva, a carteira do Plano sofreu alguns ajustes ao longo do ano de 2016, preparando-se para um cenário de juro menor e, conseqüentemente, de maior risco. Todas as alterações foram feitas de forma parcimoniosa, e sempre visando a melhor relação risco x retorno para o plano.

No exercício findo em 2016, o patrimônio da Baneses era de R\$ 1,53 bilhão e a rentabilidade acumulada alcançou o resultado de 15,19%, superando a rentabilidade da meta atuarial (IGP-DI + 5,75%), que fechou o ano em 13,31%. O desempenho da Baneses foi superior à média dos demais fundos de pensão brasileiros, que ficou em 14,56%, segundo levantamento da Associação Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Confira a evolução dos recursos garantidores de reserva técnica apresentada no gráfico a seguir.

Evolução dos Recursos Garantidores

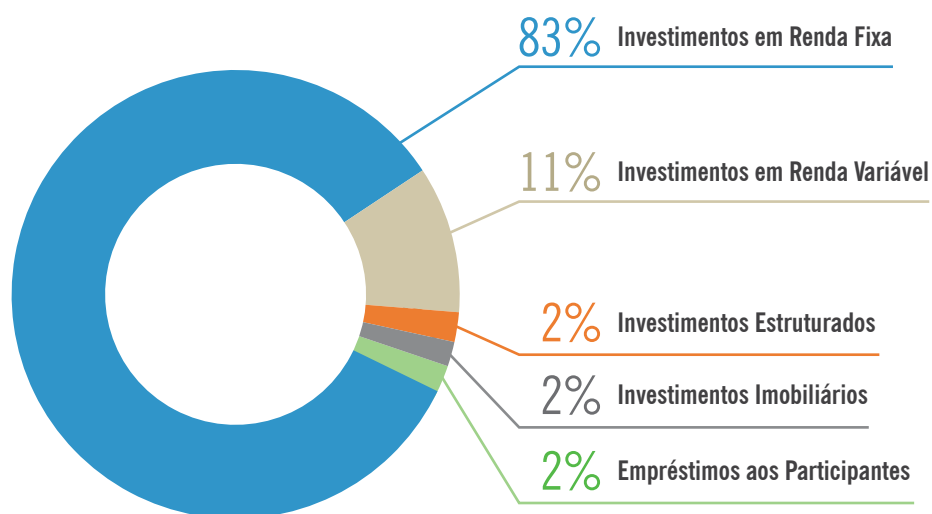
(Em R\$ mil)



RESUMO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO CONTÁBIL (R\$ MIL)		EVOLUÇÃO (%)
	2016	2015	
INVESTIMENTOS	1.424.370	1.261.099	12,87
Investimentos em Renda Fixa	1.180.311	1.010.606	16,79
DPGE	-	21.572	
LFT	89.121	85.272	
NTN – C	240.192	223.532	
NTN – B	769.806	597.528	
Fundos de Invest.	81.192	82.702	
Investimentos em Renda Variável	150.706	163.994	-8,10
Ações Banestes	22.635	15.222	
EDP ON	13.037	11.714	
Bradesco PN	2.665	1.611	
Petrobras PN	4.805	2.165	
Vale PNA	5.485	2.409	
Fundo de Ações	101.336	130.657	
Dividendos à Receber	743	216	
Investimentos Estruturados	31.497	25.766	18,36
Fundos de Participações	13.224	14.552	
Fundos Multimercado	12.924	6.209	
Fundo Imobiliário	5.349	5.005	
Investimentos Imobiliários	25.229	25.612	-1,49
Empréstimos aos Participantes	36.627	35.121	4,29

Resumo dos Investimentos - 2016



FUNDOS DE INVESTIMENTOS - ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2016
RENDA FIXA		70.389		4,93	32,91	
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	1.487	0,95	0,10	0,70	156.217
BNP PARIBAS MATCH FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	09.636.393/0001-07	7.331	0,15	0,51	3,43	4.835.941
BRDESCO TARGET I FI RENDA FIXA	02.335.944/0001-45	845	0,16	0,06	0,39	513.203
BANESES FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.531.929/0001-75	45.307	100,00	3,18	21,19	45.307
MODAL GAIA INSTITUCIONAL RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	6.014	4,00	0,42	2,81	150.358
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA	06.095.438/0001-87	7.493	0,96	0,53	3,50	782.466
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	1.912	0,12	0,13	0,89	1.591.683
MULTIMERCADO INSTITUCIONAL		10.803		0,76	5,05	
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	3.620	5,00	0,25	1,69	72.396
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	968	0,04	0,07	0,45	2.507.603
MODAL INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	06.301.947/0001-19	6.215	0,82	0,44	2,91	753.850
MULTIMERCADO ESTRUTURADO		12.924		0,92	6,04	
AZ QUEST MULTI FIC MULTIMERCADO	04.455.632/0001-09	2.078	1,50	0,15	0,97	138.357
BOZANO MACRO FIC MULTIMERCADO	18.806.832/0001-65	1.543	0,98	0,11	0,72	158.220
GARDE DUMAS FIC MULTIMERCADO	18.961.501/0001-08	3.589	2,82	0,25	1,68	127.223
MAUÁ MACRO FIC MULTIMERCADO	05.903.038/0001-98	3.637	0,80	0,26	1,70	456.781
MODAL TACTICAL FIC MULTIMERCADO	14.146.726/0001-41	2.077	1,28	0,15	0,97	162.635
RENDA VARIÁVEL		101.336		7,15	47,39	
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	8.013	5,59	0,56	3,75	143.258
BBM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	5.212	5,06	0,37	2,44	103.032
BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	12.239.939/0001-92	8.500	3,36	0,60	3,97	253.021
BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	2.408	0,63	0,17	1,13	383.226
BRASIL PLURAL FIC AÇÕES	11.628.883/0001-03	4.959	2,02	0,35	2,32	245.402
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FI AÇÕES	02.895.694/0001-06	6.066	6,86	0,43	2,84	88.407

FUNDO	CNPJ	SALDO CONTÁBIL (R\$ MIL)	% DO PL DO FUNDO	% DOS R.G.R.T*	% DOS RECURSOS TERCEIRIZADOS	PATRIMONIO LIQUIDO (R\$ MIL) 31/12/2016
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	08.830.947/0001-31	2.105	1,95	0,15	0,98	107.999
IBIUNA EQUITIES FIC AÇÕES	13.401.715/0001-06	5.931	1,51	0,42	2,77	393.309
JMALUCELLI MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	6.945	9,13	0,49	3,25	76.031
JPM AÇÕES FIC AÇÕES	08.621.010/0001-56	7.119	6,68	0,50	3,33	106.546
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	5.641	7,31	0,40	2,64	77.173
POLLUX AÇÕES INSTITUCIONAL I FIC AÇÕES	11.827.507/0001-30	5.798	6,77	0,41	2,71	85.682
STUDIO FIC AÇÕES	11.225.767/0001-35	7.107	6,21	0,50	3,32	114.499
VINCI GAS DIVIDENDOS FI AÇÕES	07.488.106/0001-25	14.490	2,79	1,02	6,78	519.667
VINCI GAS LOTUS INSTITUCIONAL FI AÇÕES	03.957.633/0001-80	11.042	5,98	0,78	5,16	184.636
PARTICIPAÇÕES		13.048		0,92	6,11	
BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP	12.188.161/0001-30	6.049	2,74	0,42	2,83	220.755
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	14.584.094/0001-06	2.219	1,06	0,16	1,04	210.120
LACAN FLORESTAL FIP	13.812.224/0001-40	4.780	1,97	0,34	2,24	242.471
IMOBILIÁRIOS		5.349		0,38	2,50	
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	5.349	3,33	0,38	2,50	160.482
TOTAL		213.849		15,06	100,00	

*R.G.R.T.: Recursos Garantidores das Reservas Técnicas

Relatório de Atividades

A Baneses continua apresentando uma composição de carteira de investimentos bem conservadora, com 82,87% de seus recursos em ativos de renda fixa, em especial títulos públicos federais, e 10,58% alocados em carteira de renda variável.

Destaca-se que a composição dos investimentos no final do exercício de 2016 atendeu aos limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, e está descrita a seguir conforme resumo explicativo de cada investimento:

RENDA FIXA

Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFT's, NTN-B's e NTN-C's) e Fundos de Investimento, e respondem por 82,87% da carteira total de investimentos.

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram o montante de R\$ 1,18 bilhão, apresentando, assim, uma evolução de 16,79% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2015.

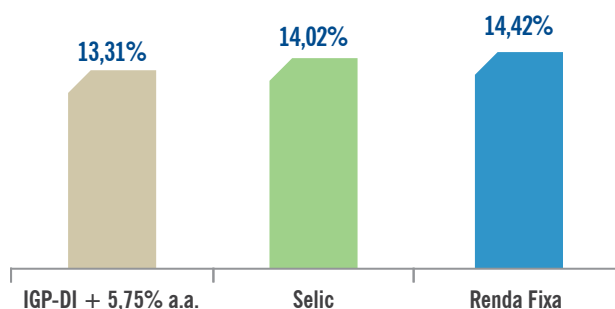
A alocação proposta para o segmento de renda fixa tem por objetivo a adequação dos ativos às obrigações atuariais do Plano.

Dentre os principais movimentos registrados na carteira de renda fixa, a Baneses adquiriu aproximadamente R\$ 140 milhões em títulos públicos federais de vencimentos diversos (de 2018 até 2030), marcados na curva de aquisição para atender às sugestões do estudo de ALM (Asset and Liability Management – gestão de ativos e passivos) e aproveitando os prêmios acima da meta de rentabilidade.

Os demais recursos alocados serão utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo e para aproveitamento das oportunidades de investimentos.

A rentabilidade anual da carteira de renda fixa, medida pela taxa interna de retorno (TIR), foi de 14,42%, superior a 14,02% da Selic e 13,31% do IGP-DI + 5,75%a.a..

Rentabilidade de Renda Fixa - 2016



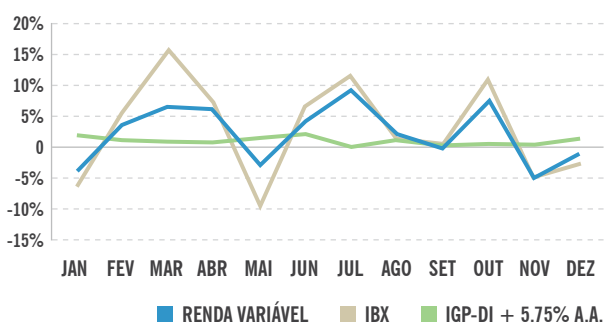
RENDA VARIÁVEL

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 150,7 milhões, representando 10,58% da carteira total de investimentos da Baneses.

A carteira é composta por ações das empresas de capital aberto: Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras, Vale e ainda os Fundos de Investimento em Ações com gestores diversificados e buscando uma gestão mais ativa.

A Baneses iniciou o ano com exposição de R\$ 163,8 milhões investidos em renda variável. Logo nos primeiros dias do ano, executou um plano de redução da carteira, através dos Fundos de Investimento em Ações, a fim de atender à Política de Investimentos e às sugestões de alocação propostas no estudo de ALM. Com as sucessivas altas da Bolsa de Valores ao longo do ano, a Baneses, ao final do exercício, apresentou uma rentabilidade positiva de 28,42% contra 13,31% do IGP-DI + 5,75%a.a. e 36,70% do IBX.

Rentabilidade de Renda Variável - 2016



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

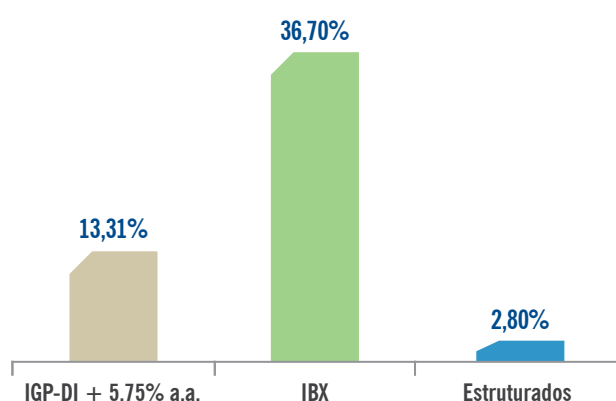
A carteira é composta por Fundo de Investimento Imobiliário (FII), Fundos de Investimento em Participações (FIP's) - uma espécie de condomínio fechado que investe na economia real por meio de participações em empresas - e por Fundos de Investimento Multimercados que passaram a compor a carteira em novembro, na busca de melhores rendimentos para o segmento.

A longa crise econômica e política pela qual o país vem passando afetou o desempenho dos FIP's que contaminou diversos setores, a partir da desaceleração de programas de investimento, do aumento dos pedidos de recuperação judicial e pela remarcação do valor dos ativos, para baixo, nas carteiras de investimento. No consolidado dos investimentos em FIP's, houve impacto com retorno negativo de 3,86% no ano.

A Baneses possui 3 FIP's que investem em setores de infraestrutura, energia renovável e florestas, em que alguns desses fundos vêm sofrendo com questões relacionadas a mudanças regulatórias, crises no setor energético, problemas administrativos e no desenvolvimento das obras, influência política, entre outros.

Entretanto, todas as aplicações na carteira de Investimentos Estruturados apresentaram, no final do período, uma rentabilidade positiva em 2,80% e um saldo de R\$ 31,5 milhões, representando 2,21% dos investimentos da Baneses.

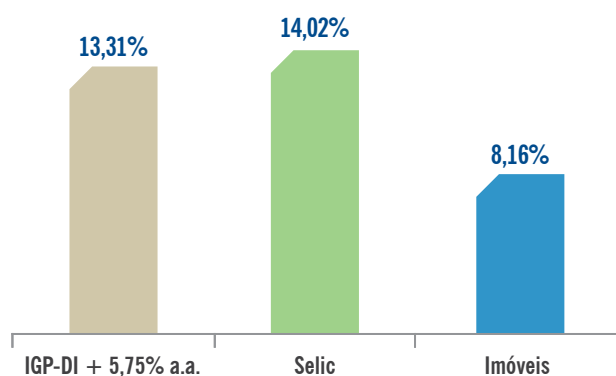
Rentabilidade de Estruturados - 2016



IMÓVEIS

O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 25,2 milhões, representando 1,77% dos investimentos da Baneses. O segmento de imóveis atingiu uma rentabilidade de 8,16% no ano. Tal rendimento não considerou uma eventual apreciação imobiliária, mas apenas a receita com aluguéis. De acordo com as exigências legais, a reavaliação imobiliária deve ser feita em um prazo de até três anos. A Baneses cumpriu com esse requisito em outubro de 2014.

Rentabilidade de Imóveis - 2016



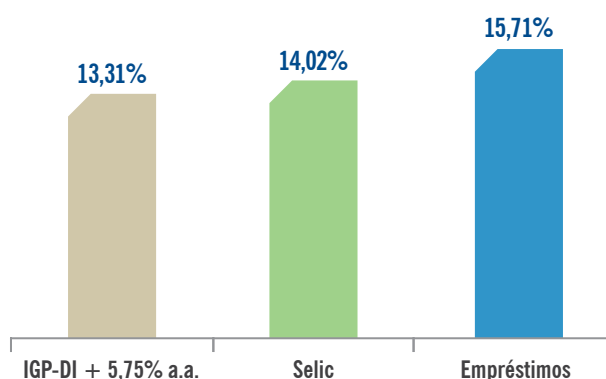
EMPRÉSTIMOS

O saldo de Operação com Participantes ao final do ano de 2016, que consiste na concessão de empréstimos, era de R\$ 36,6 milhões, composto por 1.936 contratos ativos, equivalente a 2,57% dos investimentos da Baneses.

A modalidade de Empréstimo Pessoal concede valores com taxas inferiores às praticadas no mercado financeiro e os juros pagos retornam ao patrimônio da Fundação, que pertence aos Participantes. Em 2016, entrou em vigor a Circular de Empréstimo nº 112, aumentando o prazo máximo para quitação do empréstimo de 60 para 72 prestações mensais.

A carteira de empréstimos registrou, no ano, rentabilidade de 15,71%, equivalente a 112,02% do Selic e 122,02% da Meta Atuarial.

Rentabilidade de Empréstimos - 2016

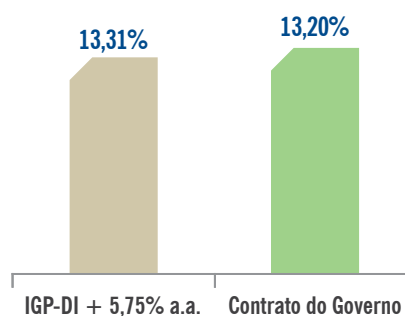


CONTRATO PARA COBERTURA DO PASSIVO ATUARIAL

O contrato firmado com o Governo do Estado em 1998, para cobertura do passivo atuarial, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S.A., cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a., apresentou, ao final do exercício de 2016, um saldo de R\$ 104,4 milhões.

A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, foi de 13,20%.

Rentabilidade do Contrato do Governo - 2016



Demonstrativo analítico de investimentos

CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	1.180.311	82,87	1.010.606	80,14
Renda Variável	150.706	10,58	163.994	13,00
Investimentos Estruturados	31.497	2,21	25.766	2,04
Investimentos Imobiliários	25.229	1,77	25.612	2,03
Empréstimos aos Participantes	36.627	2,57	35.121	2,79
Total dos Investimentos	1.424.370	100,00	1.261.099	100,00

PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	1.164.850	82,68	995.210	79,89
Renda Variável	150.706	10,70	163.994	13,16
Investimentos Estruturados	31.497	2,24	25.766	2,07
Investimentos Imobiliários	25.229	1,79	25.612	2,06
Empréstimos aos Participantes	36.627	2,60	35.121	2,82
Total dos Investimentos	1.408.909	100,00	1.245.703	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Em R\$ mil)

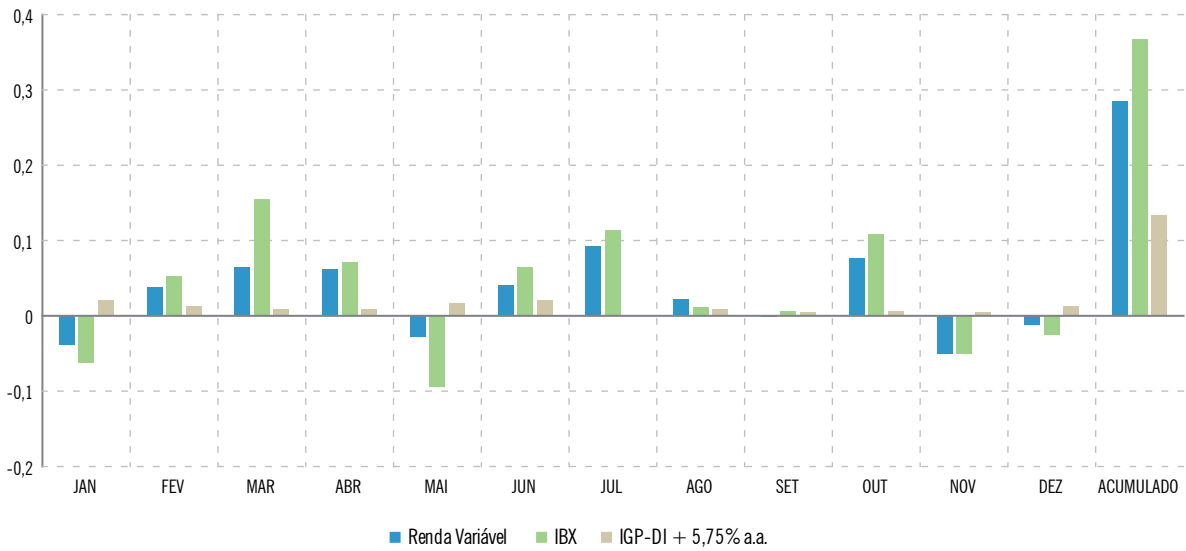
SEGMENTO	POSIÇÃO CONTÁBIL / PARTICIPAÇÃO (%)			
	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	15.461	100,00	15.396	100,00
Total dos Investimentos	15.461	100,00	15.396	100,00

RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS - 2016

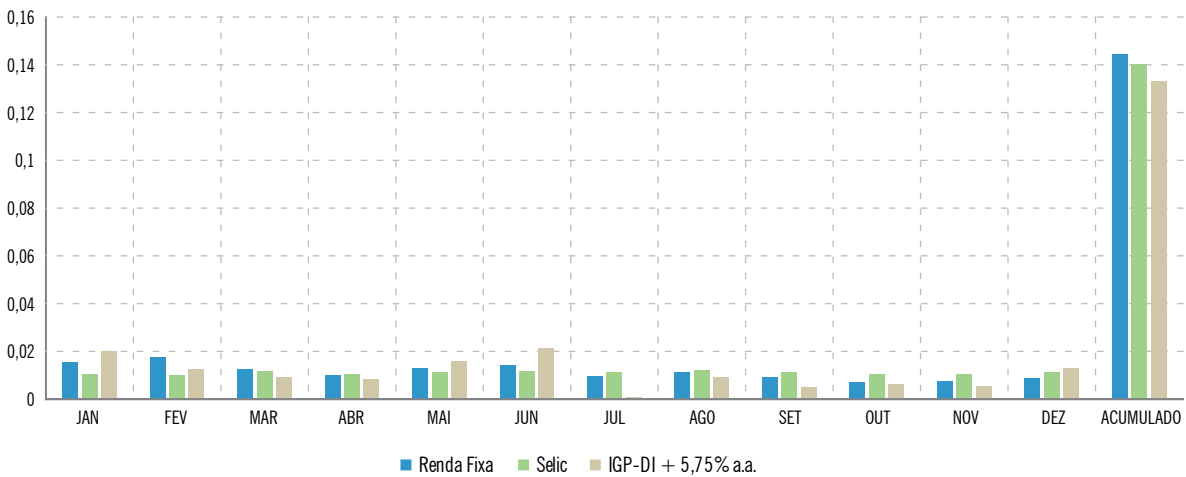
(Em R\$ mil)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,56	1,74	1,25	1,01	1,29	1,41	0,96	1,11	0,91	0,68	0,75	0,87	14,42
Renda Variável	(3,82)	3,74	6,43	6,23	(2,82)	4,08	9,19	2,16	(0,09)	7,66	(5,06)	(1,20)	28,42
Estruturados	0,39	(0,33)	(1,22)	0,18	0,14	(1,40)	(1,48)	0,12	0,12	0,80	3,58	1,98	2,80
Imóveis	0,62	0,65	0,61	0,63	0,62	0,67	0,69	0,68	0,69	0,67	0,68	0,67	8,16
Empréstimos	1,16	1,84	1,92	1,17	0,98	1,44	2,30	0,87	0,79	0,80	0,80	0,62	15,71
Plano de Benefícios	0,91	1,79	1,64	1,42	0,81	1,60	1,83	1,09	0,80	1,43	0,18	0,74	15,19

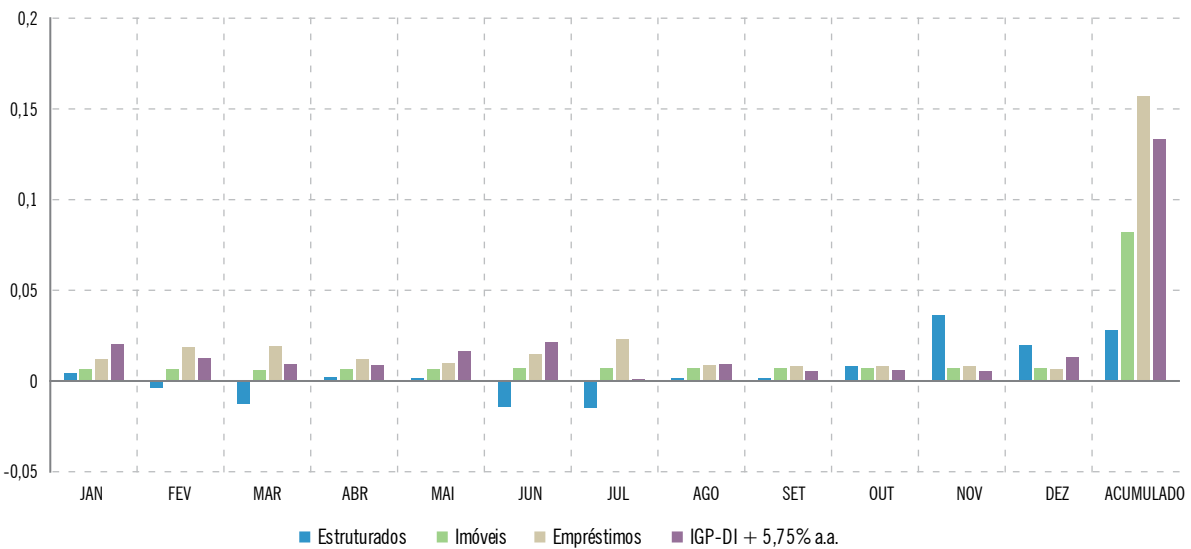
Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Variável



Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Outros Segmentos

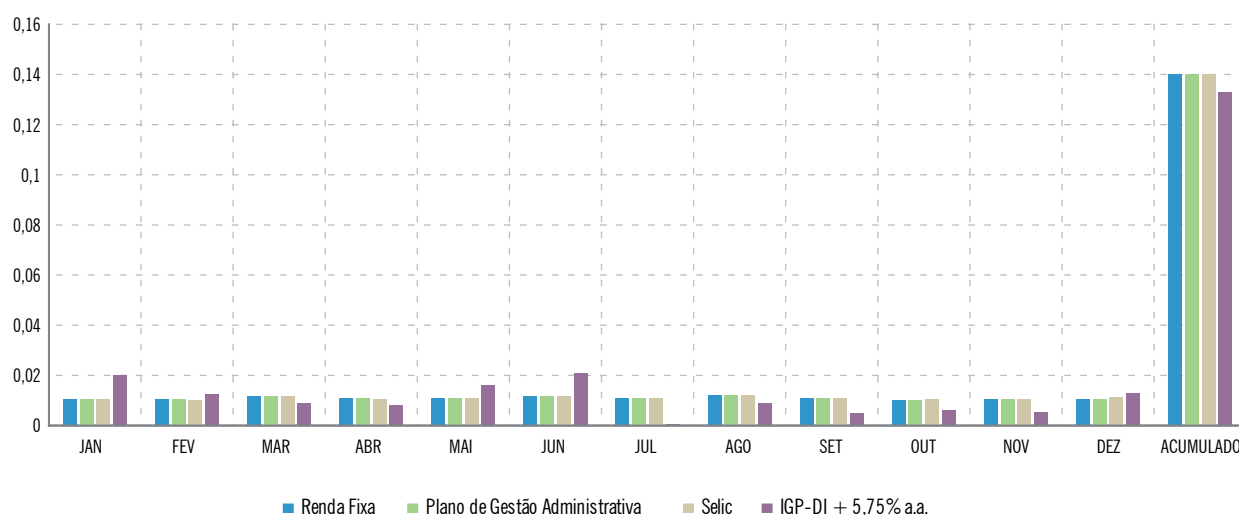


RENTABILIDADE DO PGA - 2016

(Em R\$ mil)

SEGMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Renda Fixa	1,06	1,05	1,16	1,09	1,11	1,16	1,11	1,22	1,11	1,00	1,05	1,07	14,02
Plano de Gestão Administrativa	1,06	1,05	1,16	1,09	1,11	1,16	1,11	1,22	1,11	1,00	1,05	1,07	14,02

Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



ÍNDICES DE REFERÊNCIA - 2016

(Em R\$ mil)

ÍNDICE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
Selic	1,06	1,00	1,16	1,06	1,11	1,16	1,11	1,22	1,11	1,05	1,04	1,12	14,02
IBX	(6,25)	5,29	15,41	7,14	(9,41)	6,48	11,31	1,12	0,60	10,75	(5,00)	(2,55)	36,70
IGP-DI + 5,75% a.a.	2,00	1,26	0,90	0,83	1,60	2,10	0,08	0,90	0,50	0,60	0,52	1,30	13,31

LIMITES OPERACIONAIS - 2016

(Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009)

(Em mil R\$)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0	1.539.133
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0	(2.872)
(-) Exigível contigencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0	(10.024)
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.526.237
- TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.424.370
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar	289
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)	1.424.659

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCÇÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,00	1.191.578	83,65	78,07
Títulos Federais	OK	100,00	1.111.120	77,99	72,81
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,00	1.009.998	70,89	66,18
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,00	89.121	6,26	5,84
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,00	4.580	0,32	0,30
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,00	7.421	0,52	0,49
Ativos de Renda Fixa	OK	80,00	10.070	0,72	0,66
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,00	2.569	0,18	0,17
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	80,00	-	-	-
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,00	7.273	0,51	0,48
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,00	228	0,03	0,01
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,00	228	0,03	0,01
Fundos de Investimentos	OK	100,00	70.388	4,94	4,61
FI Crédito Privado	OK	100,00	60.564	4,25	3,97
FI Renda Fixa	OK	20,00	9.824	0,69	0,64
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,00	-	-	-
FI Renda Fixa - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	20,00	-	-	-
ESTRUTURADO	OK	20,00	18.573	1,32	1,22
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,00	5.349	0,38	0,35
Claritas Logística FII	OK	10,00	5.349	0,38	0,35
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,00	13.224	0,94	0,87
Bny Mellon GTD FIP	OK	10,00	176	0,02	0,01
Brasil Energia Renovável FIP	OK	10,00	6.049	0,42	0,40
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,00	2.219	0,16	0,15
Lacan Florestal FIP	OK	10,00	4.780	0,34	0,31
RENDA VARIÁVEL	OK	70,00	151.585	10,64	9,93
Ações BANESTES	OK	10,00	22.635	1,59	1,48
ON	OK	10,00	12.468	0,88	0,82
PN	OK	10,00	10.167	0,71	0,67
OI PN	OK	10,00	0	0,00	0,00
ENBR ON	OK	10,00	13.037	0,92	0,85
BRDESCO PN	OK	10,00	2.665	0,19	0,17
PETROBRAS PN	OK	10,00	4.805	0,34	0,31
VALE PNA	OK	10,00	5.485	0,38	0,36
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,00	101.336	7,11	6,64
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,00	1	0,00	0,00
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	35,00	878	0,06	0,06
Dividendos à Receber			743	0,05	0,05

SEGMENTOS	ENQUADRAMENTO	LIMITE (% DOS RGRT)	ALOCACÃO (R\$ MIL)	(%) RGRT	(%) PL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	100,00	777	0,05	0,05
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado não-institucional	OK	100,00	777	0,05	0,05
IMÓVEIS	OK	8,00	25.229	1,77	1,65
Máx. 8,00 %	OK	8,00	25.229	1,77	1,65
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,00	36.627	2,57	2,40
Empréstimos	OK	15,00	36.627	2,57	2,40
TOTAL	-	-	1.424.372	-	93,33
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,00	22.635	1,59	1,48
Ações BANESTES	OK	10,00	22.635	1,59	1,48

OBSERVAÇÕES:

01. As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais e não institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;
02. Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;
03. As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;
04. As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

Informações referentes à política de investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa referentes ao período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2021.

1. Plano de Benefícios

Principais características do Plano:

- Tipo: Contribuição Variável (CV)
- Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB): 1998001229

- Meta de Rentabilidade: IGP-DI + 5,75% ao ano
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Katya Elvira Paste
- Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Ricardo Gobbi
- Período de Referência: Janeiro de 2017 a dezembro de 2017

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	65,65%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	26,38%	0,00%	40,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	3,06%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	2,00%
Imóveis	8,00%	1,60%	0,00%	4,00%
Operações com Participantes	15,00%	3,31%	0,00%	15,00%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo, apresentamos o benchmark e as metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

BENCHMARK E METAS DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IGM-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 5,75% a.a.
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 6,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,50% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6,00% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,10% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, de resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	PI BANESES
Companhias com controle majoritário do governo federal	10,00%
Patrocinador do plano de benefícios	10,00%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN	5,00%
Tesouro estadual ou municipal	5,00%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5,00%
Organismo multilateral	5,00%
Companhia securitizadora	5,00%

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA

CARTEIRA PRÓPRIA	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
CDBs	Diretoria Executiva
DPGEs	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

FUNDOS DE INVESTIMENTO	ÓRGÃO COMPETENTE
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento Exclusivos	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimento em Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguindo os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Baneses adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*.

MANDATOS

MANDATO	BENCHMARK	HORIZONTE
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 5,75% a.a.	A partir de 12 meses
FI Renda Fixa	CDI	A partir de 12 meses
FI Renda Fixa Inflação	IMA-B	A partir de 12 meses
FI Renda Fixa Crédito	CDI + 2% a.a.	A partir de 12 meses
FI Multimercado EFPC	CDI + 1% a.a.	A partir de 12 meses
FI Multimercados Estruturados	CDI + 3% a.a.	A partir de 12 meses
Carteira Venda Variável	IBrX	A partir de 12 meses
FI Renda Variável Passivo	IBrX	A partir de 12 meses
FI Renda Variável Ativo	IBrX + 3% a.a.	A partir de 12 meses

Obs.: Os mandatos seguem o sugerido pela Aditus que será responsável por classificar todos os fundos em carteira.

GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **CrITÉrios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

RISCO DE MERCADO – Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ – Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO – Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas a recursos que não mais serão recebidos.

RISCO LEGAL – Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

RISCO OPERACIONAL – Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 21 de dezembro de 2016
Ata CD: Livro 45 / Páginas 15.

2 - Plano de Gestão Administrativa

Principais características do Plano:

Período de Referência: Janeiro de 2017 a Dezembro de 2017

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a Baneses poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTOS	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	100,00%	90,00%	100,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%	0,00%	10,00%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

BENCHMARK E METAS DE RENTABILIDADE

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI	IGP-DI + 6,00% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9,00% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA

MODALIDADE	ÓRGÃO COMPETENTE
Títulos Públicos Federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS

- **Tipo de Administração dos Recursos:** Mista (interna e externa)
- **Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos:** Semestral
- **Crterios de Contratação de Gestores:** Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.

Nas ocasiões em que a Baneses alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela Baneses.

A Baneses faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da Baneses, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da Baneses.

A Baneses monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

RISCO DE MERCADO – Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

mente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

RISCO DE LIQUIDEZ – Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.

RISCO DE CRÉDITO – Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas a recursos que não mais serão recebidos.

RISCO LEGAL – Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.

RISCO OPERACIONAL – Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Responsável pela Aplicação dos Recursos da Entidade

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Data: 21 de dezembro de 2016
Ata CD: Livro 45 / Páginas 15.

Informações Previdenciais

PARTICIPANTES

DESCRIÇÃO	2016	2015
Participantes Ativos	1.901	1.976
Participantes Autopatrocinados	53	66
Participantes Vinculados	2	2
Pensionistas	266	254
Aposentados	1.824	1.787

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Em R\$ Mil		QUANTIDADE	
	2016	2015	2016	2015
Ap.Tempo de Contribuição	55.694	53.477	784	755
Ap.Antecipada	28.047	26.760	814	800
Ap.Idade	104	108	13	13
Ap.Invalidez	3.618	3.554	183	189
Ap.Especial	49	48	2	2
Benefício Proporcional Diferido	999	986	28	28
Pensão Por Morte	9.098	8.597	266	254
Benefício Prestação Única	4.154	3.560	23	11
Pecúlio Por Morte	1.577	1.474	34	18
Institutos	1.953	2.164	18	20

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2016	2015	%
Contribuição de Ativos	11.955	11.650	2,62
Contribuição de Assistidos	9.732	9.445	3,04
Contribuição de Patrocinadora	9.154	8.345	9,70
Contribuição de Autopatrocinados	468	345	35,71
Outros Recursos Correntes	16.414	30.205	(45,66)
Provisões / Remuneração em Atraso / Portabilidade	774	296	161,96
Total	48.498	60.285	(19,55)

PROVISÕES MATEMÁTICAS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO/ANO	2016	2015	%
EXIGIVEL ATUÁRIAL	1.531.571	1.398.314	9,53
Provisões Matemáticas	1.531.571	1.398.314	9,53
Benefício Concedidos	1.003.758	933.903	7,48
Benefícios a Conceder	527.813	464.411	13,65

Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ mil)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
DISPONÍVEL	361	53	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.872	2.567
REALIZÁVEL	1.537.574	1.414.539	Gestão Previdencial	1.804	1.748
Gestão Previdencial	112.775	153.042	Gestão Administrativa	995	752
Gestão Administrativa	428	397	Investimentos	73	67
Investimentos	1.424.371	1.261.100			
Títulos Públicos	1.099.120	906.332	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10.024	9.269
Créditos Privados e Depósitos	-	21.572	Gestão Previdencial	10.024	9.269
Ações	49.370	33.338			
Fundos de Investimentos	214.025	239.125	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.526.237	1.403.700
Investimentos Imobiliários	25.229	25.612	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.509.995	1.387.699
Empréstimos	36.627	35.121	Provisões Matemáticas	1.531.571	1.398.314
			Benefícios Concedidos	1.003.758	933.903
PERMANENTE	1.198	944	Benefícios a Conceder	527.813	464.411
Imobilizado	570	268	Equilíbrio Técnico	(21.576)	(10.615)
Intangível	628	676	Resultados Realizados	(21.576)	(10.615)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(21.576)	(10.615)
			Fundos	16.242	16.001
			Fundos Administrativos	16.242	16.001
TOTAL DO ATIVO	1.539.133	1.415.536	TOTAL DO PASSIVO	1.539.133	1.415.536

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.538.138	1.414.784	8,72
Disponível	211	37	470,27
Recebível	129.017	169.044	(23,68)
Investimento	1.408.910	1.245.703	13,10
Títulos Públicos	1.084.508	891.367	21,67
Créditos Privados e Depósitos	-	21.572	(100,00)
Ações	49.371	33.337	48,10
Fundos de Investimento	213.175	238.694	(10,69)
Investimentos Imobiliários	25.229	25.612	(1,50)
Empréstimos e Financiamentos	36.627	35.121	4,29
2. Obrigações	11.901	11.084	7,37
Operacional	1.877	1.815	3,42
Contingencial	10.024	9.269	8,15
3. Fundos não Previdenciais	16.242	16.001	1,51
Fundos Administrativos	16.242	16.001	1,51
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.509.995	1.387.699	8,81
Provisões Matemáticas	1.531.571	1.398.314	9,53
Superávit/Déficit Técnico	(21.576)	(10.615)	103,26
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(21.576)	(10.615)	103,26
b) (+/-) Ajuste de Precificação	95.710	87.039	9,97
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	74.134	76.424	(3,00)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.387.699	1.304.414	6,38
1. Adições	239.060	196.162	21,87
(+) Contribuições	52.492	64.591	(18,73)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	186.568	131.571	41,80
2. Destinações	(116.764)	(112.877)	3,44
(-) Benefícios	(113.877)	(110.880)	2,70
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(780)	(1)	77.900,00
(-) Custeio Administrativo	(2.107)	(1.996)	5,56
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	122.296	83.285	46,84
(+/-) Provisões Matemáticas	133.257	68.194	95,41
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(10.961)	15.091	(172,63)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3 + 4)	1.509.995	1.387.699	8,81
C) Fundos não previdenciais	241	213	13,15
(+/-) Fundos Administrativos	241	213	13,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em R\$ mil)

DESCRICAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.403.700	1.320.202	6,32
1. Adições	245.184	201.775	21,51
(+) Contribuições Previdenciais	50.385	62.595	(19,51)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	186.568	131.571	41,80
(+) Receitas Administrativas	6.218	5.733	8,47
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.013	1.876	7,30
2. Destinações	(122.647)	(118.277)	3,69
(-) Benefícios	(113.877)	(110.880)	2,70
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(780)	(1)	77.900,00
(-) Despesas Administrativas	(7.990)	(7.396)	8,03
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	122.537	83.498	46,75
(+/-) Provisões Matemáticas	133.257	68.194	95,41
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(10.961)	15.091	(172,63)
(+/-) Fundos Administrativos	241	213	13,15
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	1.526.237	1.403.700	8,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

Descrição	2016	2015	Varição (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.521.896	1.398.783	8,80
1. Provisões Matemáticas	1.531.571	1.398.314	9,53
1.1 Benefícios Concedidos	1.003.758	933.903	7,48
Benefício Definido	1.003.758	933.903	7,48
1.2 Benefícios a Conceder	527.813	464.411	13,65
Contribuição Definida	469.368	411.076	14,18
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	203.977	177.903	14,66
Saldo de Contas - parcela participantes	265.391	233.173	13,82
Benefício Definido	58.445	53.335	9,58
2. Equilíbrio Técnico	(21.576)	(10.615)	103,26
2.1. Resultados Realizados	(21.576)	(10.615)	103,26
(-) Déficit técnico acumulado	(21.576)	(10.615)	103,26
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	1.877	1.815	3,42
4.1. Gestão Previdencial	1.804	1.748	3,20
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	73	67	8,96
5. Exigível Contingencial	10.024	9.269	8,15
5.1. Gestão Previdencial	10.024	9.269	8,15

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(Em R\$ mil)

Descrição	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	16.001	15.788	1,35
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.231	7.609	8,17
1.1 Receitas	8.231	7.609	8,17
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.107	1.996	5,56
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.519	3.098	13,59
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	589	565	4,25
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.013	1.876	7,30
Outras Receitas	3	74	(95,95)
2. Despesas Administrativas	7.990	7.396	8,03
2.1 Administração Previdencial	4.471	4.298	4,03
Pessoal e encargos	3.078	2.755	11,72
Treinamentos/congressos e seminários	23	20	15,00
Viagens e estadias	17	26	(34,62)
Serviços de terceiros	360	529	(31,95)
Despesas gerais	311	348	(10,63)
Depreciações e amortizações	380	336	13,10
Tributos	302	284	6,34
2.2 Administração dos Investimentos	3.519	3.098	13,59
Pessoal e encargos	2.376	2.055	15,62
Treinamentos/congressos e seminários	19	16	18,75
Viagens e estadias	23	23	-
Serviços de terceiros	636	574	10,80
Despesas gerais	199	204	(2,45)
Depreciações e amortizações	65	36	80,56
Tributos	201	190	5,79
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	241	213	13,15
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	241	213	13,15
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	16.242	16.001	1,51

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em R\$ mil)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes. A Baneses segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Baneses tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

À partir de 01/05/1998, a Baneses implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre salário de participação recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 9%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da Baneses. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o Plano II de Aposentadoria da Baneses está fechado para a adesão de novos participantes.

Em 24/12/2014, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou alteração do Estatuto da Fundação Banestes de Seguridade Social que trata dos critérios para nomeação da Diretoria Executiva da entidade. Com a alteração, o diretor de Seguridade passa a ser eleito pela maioria dos votos diretos dos participantes e assistidos da Baneses.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, pela Previc por meio da Instrução SPC nº 34, de 24/07/2009, alterada pelas Instruções Previc nº 05, de 08/09/2011, 21, de 23/03/2015 e 25 de 17/12/2015, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da Baneses ocorreu em 24/02/2017.

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As contas passíveis de ajustes e eliminações são: “Superávit Técnico, Déficit Técnico, migrações entre planos, Compensações de Fluxos Previdenciais, Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do Exercício Social anterior.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da Baneses foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31/12/2016:

	Plano II	Plano Consolidado
Gestão administrativa - participação no PGA	16.242	(16.242)
Total do Ativo	16.242	(16.242)
Fundo - Participação no fundo administrativo	(16.242)	16.242
Total do Passivo	(16.242)	16.242

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

- Realizável Gestão Previdencial:** registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do Banestes S/A, conforme contrato firmado em 29/06/1998, no valor histórico de R\$ 147.000, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30/12/2002 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31/12/2002. O saldo devedor dessa operação em 31/12/2016 é de R\$ 104.384 (R\$ 144.643 em 31/12/2015).
- Realizável Gestão Administrativa:** em conformidade com a Resolução CGPC Nº 8, de 31/10/2011 e Instrução SPC nº 34 de 24/09/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

Realizável Gestão Administrativa	2016	2015
Gestão Administrativa	428	397
Contas a Receber	36	32
Despesas Antecipadas	-	-
Outros Realizáveis	392	365

c) Realizável Investimentos:

Renda Fixa: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Renda Variável: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de 01/07/2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 25, de 30/06/2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

Investimentos Imobiliários: estão demonstrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear à taxa de 2% ao ano e ajustados periodicamente, de acordo com avaliações a valor de mercado em, no máximo três (3) anos. Os aluguéis e alienação foram atualizados pelas taxas contratadas.

No exercício de 2014 foi realizada reavaliação imobiliária através da empresa Consulting Engenharia S/S Ltda., CNPJ nº. 02.480.066/0001-51, pelo método comparativo de dados de mercado.

O resultado do laudo definiu o valor de mercado dos referidos investimentos em R\$ 9.711 acima do valor contábil correspondente. Os efeitos desta reavaliação foram registrados no realizável dos investimentos.

Descrição	Valor Contábil (A)	Valor Reavaliado (B)	Resultado (B-A)
Edificações	16.313	26.024	9.711

Para o exercício de 2017, será apresentado nova reavaliação imobiliária, conforme previsto a cada 3 (três) anos, em conformidade com a Instrução MPS/SPC nº 34, item 19 letra h, atualizada por Instrução MPS/Previc Nº 15, de 12/11/2014).

Operações com Participantes: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,63% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente:

Imobilizado: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

Intangível: composto pelo sistema de benefícios desenvolvido pela Baneses e pelas despesas incorridas com o desenvolvimento do Plano III de Aposentadoria, com saldo em 31/12/2016 no montante de R\$ 628 (R\$ 676 em 2015).

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Ativos Contingentes:

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04/08/2009 e pronunçamentos Contábeis –CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico.

Apresentamos a seguir os ativos contingentes da Baneses em 31/12/2016:

Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento –OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23/07/1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A Baneses, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23/07/1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09/03/1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02/05/1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04/03/1991, art. 38, os saldos das OFND s seriam reajustados pela Taxa Referencial –TR.

A Baneses é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A Abrapp iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28/06/2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da Baneses. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à Abrapp, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a Baneses não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14/10/2011 a Previc encaminhou Ofício n.º 4.621/2011/CGMC/DIACE/Previc não autorizando o registro contábil. Até o momento os valores da liquidação ainda continuam sendo discutidos.

g) Exigível Operacional: demonstra as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas.

h) Exigível Contingencial: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

i) Provisões Matemáticas: São apuradas no final do exercício e representam os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

j) Fundos: são recursos constituídos e destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundo Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados na administração do plano de benefício.

As mutações do exercício foram:

Discriminação	Fundo Administrativo	Total
Saldos em 31/12/2015	16.001	16.001
Constituição / Reversão de Fundos	241	241
Saldos em 31/12/2016	16.242	16.242

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas: as adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

4 - INVESTIMENTOS

Em 31/12/2016 e em 31/12/2015 a Banestes possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS:

Investimentos	2016	2015
Títulos Públicos Federais	1.099.120	906.332
Notas do Tesouro Nacional	1.009.998	821.059
Letras Financeiras do Tesouro	89.122	85.273
Créditos Privados e Depósitos	-	21.572
Instituições Financeiras	-	21.572
Ações	49.370	33.338
Instituições Financeiras	2.750	1.688
Companhias Abertas	23.858	16.318
Patrocinadores	22.762	15.332
Fundos de Investimentos	214.025	239.125
Renda Fixa	70.388	66.656
Ações Mercado a Vista	101.336	130.657
Multimercado	23.727	22.256
Participações	13.224	14.551
Imobiliário	5.350	5.005
Investimentos Imobiliários	25.229	25.612
Edificações para Uso Próprio	507	518
Edificações Locadas ao Patrocinador	24.382	24.547
Edificações para Renda	336	318
Aluguéis a Receber	4	224
Alienação de Imóveis	-	5
Empréstimos	36.627	35.121
Empréstimos	36.627	35.121
Total dos Recursos	1.424.371	1.261.100

4.1 RESOLUÇÃO CGPC Nº 4, DE 30/01/2002, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- Títulos para negociação** – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;
- Títulos mantidos até o vencimento** – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Banestes.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 os títulos estavam assim classificados:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO
	2016			2015		
RENDA FIXA						
Fundos de Investimentos	64.362	81.192	81.192	71.272	82.702	82.702
Multimercado	11.318	10.804	10.804	14.738	16.046	16.046
Renda Fixa	53.044	70.388	70.388	56.534	66.656	66.656
Acima de 360 dias	75.313	89.122	89.122	73.005	85.272	85.272
LFT	75.313	89.122	89.122	73.005	85.272	85.272
TOTAL - Renda Fixa	139.675	170.314	170.314	144.277	167.974	167.974
RENDA VARIÁVEL						
Fundos de Investimentos	92.724	101.336	101.336	142.064	130.657	130.657
Ações - FIAs	92.724	101.336	101.336	142.064	130.657	130.657
Ações	54.015	48.628	48.628	54.015	33.121	33.121
Ações Banestes	20.498	22.635	22.635	20.498	15.222	15.222
Ações Oi S.A. ¹	10	-	-	10	-	-
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	13.038	13.038	5.621	11.714	11.714
Ações Bradesco	1.996	2.665	2.665	1.996	1.611	1.611
Ações Petrobrás	14.174	4.805	4.805	14.174	2.165	2.165
Ações Vale	11.716	5.485	5.485	11.716	2.409	2.409
TOTAL - Renda Variável	146.739	149.964	149.964	196.079	163.778	163.778
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS						
Total de Fundos de Participação	16.384	13.224	13.224	21.415	14.551	14.551
Total de Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado	12.500	12.924	12.924	5.000	6.210	6.210
Total de Fundos Imobiliário	4.075	5.349	5.349	4.075	5.005	5.005
TOTAL – Investimentos Estruturados	32.959	31.497	31.497	30.490	25.766	25.766
TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO – TOTAL	319.373	351.775	351.775	370.846	357.518	357.518

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²	CUSTO DE AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE MERCADO ²
	2016			2015		
RENDA FIXA						
De 01 a 180 dias	-	-	-	11.000	21.572	21.552
DPGE Banco FIBRA	-	-	-	11.000	21.572	21.552
De 181 a 360 dias	11.832	30.579	30.735	20.142	21.667	21.821
NTN-C	11.832	30.579	30.735	-	-	-
NTN - B	-	-	-	20.142	21.667	21.821
Acima de 360 dias	728.170	979.418	1.090.634	592.057	799.393	791.486
NTN - C	100.506	209.612	241.545	112.337	223.532	245.320
NTN - B	627.664	769.806	849.089	479.720	575.861	546.166
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	740.002	1.009.997	1.121.369	623.199	842.633	834.859
TOTAL	1.059.375	1.361.772	1.473.144	994.045	1.200.151	1.192.377

- As ações Oi S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações Oi S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações Oi S.A. no momento da conversão;
- O valor de mercado dos títulos públicos federais seguem o divulgado pela ANBIMA para o dia 30/12/2016. O valor de mercado dos DPGE's em carteira para o ano de 2015 foram calculados pela Risk Office.

4.2 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:

A resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de carácter previdenciário.

Em 04/02/2015, através da Instrução nº 19, definiu os critérios e procedimentos para o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria

títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% a.a. e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação está discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL em 31/12/2016 e resultou no valor positivo de R\$ 95.710, assim demonstrado:

Data de Posição: 31/12/2016		Meta Atuarial Utilizada: 5,75% a.a.	
POSIÇÃO	FINANCEIRO CARTEIRA	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA CONTÁBIL X RECALCULADO
NTN-B	601.066	660.733	59.667
NTN-C	240.191	276.234	36.043
TOTAL	841.257	936.967	95.710

Ajuste de precificação dos títulos públicos federais:

TIPO	MTM % AA	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANT. FLUXO	PU CARTEIRA	FINANCEIRO CARTEIRA	PU RECALCULADO	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA FINANCEIRO MERCADO X FINANCEIRO RECALCULADO	DURATION RECALCULADO
NTN-B	5,75	7,398438	15/08/2018	1.150	2.961	3.405	3.032	3.487	81,39	1,53
NTN-B	5,75	6,535111	15/08/2018	2.000	2.998	5.996	3.032	6.064	68,12	1,53
NTN-B	5,75	6,271514	15/08/2018	2.000	3.009	6.019	3.032	6.064	45,40	1,53
NTN-B	5,75	6,653693	15/05/2019	2.000	2.940	5.880	2.996	5.991	111,48	2,21
NTN-B	5,75	6,692233	15/05/2019	2.000	2.937	5.875	2.996	5.991	116,16	2,21
NTN-B	5,75	6,705029	15/05/2019	2.000	2.937	5.873	2.996	5.991	117,72	2,21
NTN-B	5,75	6,610029	15/05/2019	2.000	2.942	5.885	2.996	5.991	106,16	2,21
NTN-B	5,75	6,758372	15/05/2019	2.300	2.933	6.747	2.996	6.890	142,82	2,21
NTN-B	5,75	6,577684	15/05/2019	2.100	2.944	6.183	2.996	6.291	107,33	2,21
NTN-B	5,75	6,641918	15/05/2019	2.000	2.941	5.881	2.996	5.991	110,04	2,21
NTN-B	5,75	6,770023	15/05/2019	2.000	2.933	5.865	2.996	5.991	125,60	2,21
NTN-B	5,75	6,760019	15/05/2019	3.000	2.933	8.800	2.996	8.987	186,58	2,21
NTN-B	5,75	6,254964	15/05/2019	1.650	2.964	4.891	2.996	4.943	51,71	2,21
NTN-B	5,75	6,306365	15/05/2019	3.500	2.961	10.364	2.996	10.484	120,75	2,21
NTN-B	5,75	6,341373	15/05/2019	1.700	2.959	5.030	2.996	5.092	62,31	2,21
NTN-B	5,75	6,189972	15/05/2019	3.000	2.968	8.905	2.996	8.987	82,00	2,21
NTN-B	5,75	6,166786	15/05/2019	1.500	2.970	4.454	2.996	4.493	38,85	2,21
NTN-B	5,75	6,148607	15/05/2019	1.500	2.971	4.456	2.996	4.493	37,17	2,21
NTN-B	5,75	6,100034	15/05/2019	600	2.974	1.784	2.996	1.797	13,07	2,21
NTN-B	5,75	6,348358	15/05/2023	13.450	2.930	39.404	3.019	40.607	1.202,74	5,34
NTN-B	5,75	6,251460	15/05/2023	2.800	2.944	8.243	3.019	8.453	210,50	5,34
NTN-B	5,75	6,198520	15/05/2023	1.200	2.952	3.542	3.019	3.623	80,83	5,34
NTN-B	5,75	6,283433	15/05/2023	1.200	2.939	3.527	3.019	3.623	95,87	5,34

TIPO	MTM % AA	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANT. FLUXO	PU CARTEIRA	FINANCEIRO CARTEIRA	PU RECALCULADO	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA FINANCEIRO MERCADO X FINANCEIRO RECALCULADO	DURATION RECALCULADO
NTN-B	5,75	6,218842	15/05/2023	2.000	2.949	5.897	3.019	6.038	140,73	5,34
NTN-B	5,75	6,410016	15/05/2023	2.700	2.921	7.886	3.019	8.152	265,79	5,34
NTN-B	5,75	6,496077	15/05/2023	770	2.908	2.239	3.019	2.325	85,44	5,34
NTN-B	5,75	7,280552	15/08/2024	9.300	2.812	26.154	3.068	28.532	2.377,82	6,10
NTN-B	5,75	7,264480	15/08/2024	4.500	2.815	12.667	3.068	13.806	1.139,15	6,10
NTN-B	5,75	7,173207	15/08/2024	3.500	2.829	9.902	3.068	10.738	835,42	6,10
NTN-B	5,75	7,316266	15/08/2024	2.300	2.807	6.455	3.068	7.056	601,00	6,10
NTN-B	5,75	6,039257	15/08/2024	900	3.017	2.716	3.068	2.761	45,55	6,10
NTN-B	5,75	6,200012	15/08/2030	1.200	2.974	3.568	3.094	3.712	143,83	9,35
NTN-B	5,75	7,205005	15/08/2030	1.845	2.728	5.034	3.094	5.708	673,95	9,35
NTN-B	5,75	7,205005	15/08/2030	2.455	2.728	6.698	3.094	7.595	896,77	9,35
NTN-B	5,75	7,110003	15/08/2030	2.000	2.750	5.500	3.094	6.187	686,64	9,35
NTN-B	5,75	7,205005	15/08/2030	700	2.728	1.910	3.094	2.165	255,70	9,35
NTN-B	5,75	7,135802	15/08/2030	2.000	2.744	5.488	3.094	6.187	698,62	9,35
NTN-B	5,75	7,307656	15/08/2030	2.000	2.705	5.410	3.094	6.187	777,48	9,35
NTN-B	5,75	7,020010	15/08/2030	2.000	2.771	5.543	3.094	6.187	644,57	9,35
NTN-B	5,75	6,549554	15/08/2030	2.000	2.885	5.770	3.094	6.187	417,15	9,35
NTN-B	5,75	7,150445	15/05/2035	9.400	2.647	24.884	3.065	28.812	3.927,57	11,42
NTN-B	5,75	7,750532	15/05/2035	27.000	2.493	67.317	3.065	82.757	15.440,18	11,42
NTN-B	5,75	6,339175	15/05/2035	2.000	2.879	5.757	3.065	6.130	373,13	11,42
NTN-B	5,75	6,301902	15/05/2035	2.000	2.890	5.780	3.065	6.130	350,49	11,42
NTN-B	5,75	6,328433	15/05/2035	2.000	2.882	5.764	3.065	6.130	366,62	11,42
NTN-B	5,75	6,480009	15/05/2035	2.000	2.836	5.673	3.065	6.130	457,50	11,42
NTN-B	5,75	6,510007	15/05/2035	1.000	2.827	2.827	3.065	3.065	237,62	11,42
NTN-B	5,75	6,510007	15/05/2035	1.000	2.827	2.827	3.065	3.065	237,62	11,42
NTN-B	5,75	6,307325	15/05/2035	2.000	2.888	5.776	3.065	6.130	353,79	11,42
NTN-B	5,75	6,004501	15/05/2035	2.350	2.982	7.009	3.065	7.203	194,20	11,42
NTN-B	5,75	6,938434	15/08/2040	6.650	2.714	18.048	3.120	20.748	2.699,65	12,87
NTN-B	5,75	6,661361	15/08/2040	6.700	2.801	18.767	3.120	20.904	2.136,72	12,87
NTN-B	5,75	6,740268	15/08/2040	6.700	2.776	18.598	3.120	20.904	2.305,76	12,87
NTN-B	5,75	6,634334	15/08/2040	5.000	2.810	14.049	3.120	15.600	1.550,96	12,87
NTN-B	5,75	7,249444	15/08/2040	8.500	2.621	22.281	3.120	26.520	4.239,10	12,87
NTN-B	5,75	7,409687	15/08/2040	4.360	2.575	11.229	3.120	13.603	2.374,33	12,87
NTN-B	5,75	7,317393	15/08/2040	5.700	2.602	14.829	3.120	17.784	2.954,41	12,87
NTN-B	5,75	7,375009	15/08/2040	2.210	2.585	5.713	3.120	6.895	1.181,81	12,87
NTN-B	5,75	7,290422	15/08/2040	2.600	2.609	6.784	3.120	8.112	1.327,47	12,87
NTN-B	5,75	6,619241	15/05/2045	11.488	2.757	31.669	3.086	35.449	3.780,30	14,17
NTN-B	5,75	5,450422	15/08/2050	6.000	3.273	19.638	3.136	18.815	-822,79	14,91
NTN-B	5,75	5,527197	15/08/2050	-	3.237	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,449354	15/08/2050	-	2.850	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,968567	15/08/2050	-	2.665	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,701238	15/08/2050	-	2.758	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,800247	15/08/2050	-	2.723	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,653936	15/08/2050	-	2.775	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,280007	15/08/2050	-	2.915	-	3.136	-	-	14,91
NTN-B	5,75	6,389354	15/05/2055	-	2.825	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,331482	15/05/2055	-	2.848	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,400007	15/05/2055	-	2.820	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,460007	15/05/2055	-	2.797	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,478951	15/05/2055	-	2.790	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,508237	15/05/2055	-	2.778	-	3.098	-	-	15,65
NTN-B	5,75	6,700008	15/05/2055	-	2.706	-	3.098	-	-	15,65
NTN-C	5,75	9,439849	01/07/2017	2.550	3.649	9.304	3.710	9.459	155,03	0,00
NTN-C	5,75	8,199860	01/07/2017	3.300	3.669	12.107	3.710	12.241	134,34	0,00

TIPO	MTM % AA	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANT. FLUXO	PU CARTEIRA	FINANCEIRO CARTEIRA	PU RECALCULADO	FINANCEIRO RECALCULADO	DIFERENÇA FINANCEIRO MERCADO X FINANCEIRO RECALCULADO	DURATION RECALCULADO
NTN-C	5,75	8,299858	01/07/2017	2.500	3.667	9.168	3.710	9.274	105,86	0,00
NTN-C	5,75	8,300000	01/04/2021	2.250	3.374	7.591	3.688	8.298	706,43	1,92
NTN-C	5,75	8,300009	01/04/2021	1.650	3.374	5.567	3.688	6.085	518,05	1,92
NTN-C	5,75	8,300009	01/04/2021	16.742	3.374	56.487	3.688	61.744	5.256,50	1,92
NTN-C	5,75	8,330001	01/01/2031	8.619	4.859	41.879	5.883	50.705	8.826,02	5,82
NTN-C	5,75	8,266936	01/01/2031	8.350	4.881	40.752	5.883	49.122	8.369,66	5,82
NTN-C	5,75	8,187872	01/01/2031	1.000	4.908	4.908	5.883	5.883	974,98	5,82
NTN-C	5,75	8,145000	01/01/2031	725	4.923	3.569	5.883	4.265	696,03	5,82
NTN-C	5,75	8,145000	01/01/2031	725	4.923	3.569	5.883	4.265	696,03	5,82
NTN-C	5,75	8,337997	01/01/2031	1.200	4.856	5.827	5.883	7.059	1.232,10	5,82
NTN-C	5,75	8,346402	01/01/2031	6.031	4.853	29.270	5.883	35.480	6.209,69	5,82
NTN-C	5,75	8,346402	01/01/2031	2.100	4.853	10.192	5.883	12.354	2.162,22	5,82

5 - EXIGÍVEL ATUARIAL

5.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS:

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 24/02/2017, as provisões, avaliadas no regime *financeiro de capitalização*, estão desdobradas da seguinte forma:

- **Benefícios Concedidos:** representam os compromissos futuros da entidade para com os assistidos e com as pensões de dependentes.
- **Benefícios a Conceder:** representam os compromissos futuros da entidade para com os participantes.

A composição do exigível atuarial em 31/12/2016 e 31/12/2015 é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Benefícios Concedidos	1.003.758	933.903
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	1.003.758	933.903
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	873.204	819.869
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	130.554	114.034
Benefícios a Conceder	527.813	464.411
Contribuição Definida	469.368	411.076
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	203.976	177.903
Saldo de Contas Parcela Participante	265.392	233.173
Benefícios Definido Estrut. Regime Capitalização	58.445	53.335
Valor Atual dos Benefícios não programados	58.445	53.335
Total de Provisões Matemáticas	1.531.571	1.398.314

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31/12/2015	933.903	464.411	1.398.314
Apropriação a resultado	69.855	63.402	133.257
Saldos em 31/12/2016	1.003.758	527.813	1.531.571

Hipóteses Atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2016	2015
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a	5,75% a.a
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a	Plano I (- 2% a.a) Plano II 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT – 49	AT – 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability	Mercer Disability

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

5.2 CÁLCULO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016:

A taxa de juros atuarial foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015 e Portaria Previc nº 708, de 22/12/2015.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram taxa máxima de 6,24% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento do exercício.

O estudo técnico contendo todos os arquivos e documentações requeridas pela Instrução nº 23, foi submetido pela Entidade à Previc para requisição de autorização prévia para utilização de taxa de 6,24% a.a., sendo a referida taxa aprovada pela Previc.

Com base no exposto, apesar de ter solicitado uma taxa de juros superior a atual, a Diretoria Executiva, considerando cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou. Esta taxa está abaixo do solicitado à Previc,

por esse motivo, a Entidade deverá comunicar essa decisão no Demonstrativo Atuarial e em ofício a ser enviado à Previc.

6 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2016.

Para custeio das despesas administrativas os participantes, assistidos e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do salário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% - para a gestão previdencial e 40% - para a gestão de investimentos.

7 - CONTINGÊNCIAS

A Baneses registra uma contingência de 127 ações tramitando na justiça, das quais 50 tramitam na justiça comum e 77 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para à Baneses, no total de 38 já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31/12/2016 no montante de R\$ 9.610 (R\$ 8.813 em 31/12/2015).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses apresenta um montante de R\$ 8.920 relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 2.408 de ações cíveis e tributárias.

A Baneses é autora nas seguintes ações:

- Proposta pela Abrapp contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda está em fase de liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.

- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.
- Proposta pela JCMB em face do Banestes S/A, processo nº 0032324-50.8.08.0024, junto à 2ª Vara Cível de Vitória - ES, objetivando a recomposição das reservas matemáticas de assistidos que obtiveram êxito em Reclamação Trabalhista em face do patrocinador Banestes S/A, na qual pleitearam a recomposição de verbas que compõem o salário de participação para a Baneses, destituídas pelo patrocinador, com reflexos no benefício pago pela Fundação Banestes.

8 - DETALHAMENTO DO SALDO DA RUBRICA “OUTROS”

Em atendimento à letra “k”, do item 30, do Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas “Outros” é o seguinte:

	2016	2015
a) Ativo Realizável – Gestão Previdencial		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 – Outros Realizáveis		
1. Valor a receber de ex aposentados	-	-
2. Ressarcimento de Tributos	1	1
Total Outros Realizáveis	1	1
b) Receitas - Gestão Previdencial		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 – Outros Recursos Correntes		
1. Contrato do Governo	16.312	25.130
2. Eventuais	102	5.075
Total Outros Recursos Correntes	16.414	30.205
c) Receitas - Gestão Administrativa		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 – Outras Receitas		
1. Outras Receitas não Relacionadas	3	74
Total Outras Receitas	3	74

9 – APURAÇÃO DE RESULTADO

9.1 EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Baneses registrou em 2016 déficit técnico acumulado de R\$ 21.576 (déficit de R\$ 10.615 em 2015). O principal fator que levou ao déficit de 2,03% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo estudo atuarial, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural, sendo desnecessário a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2017, conforme estabelecido no artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29/09/2008.

9.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO:

A partir do exercício de 2016, a Baneses passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano II de Aposentadoria – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 e Instrução Previc nº 25.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula ($duration - 4$) x 1% x reserva matemática. Para *destinação* ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%) \times reserva\ matemática$.

No exercício de 2016 o equilíbrio técnico ajustado do Plano II de Benefícios é de R\$ 74.134 a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	2016
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (PM.)	1.531.571
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	9,00
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1 * 2.1) / 100) * -1$	(76.579)
2.3) Déficit a equacionar	-
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Contábil	(21.576)
4) Ajuste de Precificação Positiva/Negativa	95.710
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	74.134

Desta forma, no referido exercício não existe a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

10 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15/02/2017, por meio da portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2017.0002-56 e administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses. O prazo definido para início de funcionamento do Plano foi de até cento e oitenta dias.

O Conselho Deliberativo da Baneses, em ata nº 28, de 20/02/2017, decidiu iniciar o Plano III de Aposentadoria em 02/05/2017 (Data Efetiva do Plano), permitindo a adesão de empregados do Sistema Financeiro Banestes e da Baneses, não participantes.

O plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida – CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invalidez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria.

Celso Claudio Simões
Diretor Superintendente
CPF: 698.419.857-72

Katya Elvira Paste
Diretora de Investimentos
CPF: 896.497.457-34

Ricardo Gobbi
Diretor de Seguridade
CPF: 838.558.157-04

Renilton do Nascimento
Contador CRC ES 008472/0-8
CPF: 860.538.927-34

Pareceres

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES

Av. Princesa Isabel nº 574, Ed. Palas Center, Bloco A, 16º andar – Centro.

Vitória/ES

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

a) Ajuste de Precificação do Plano II de Benefícios

Chamamos a atenção para a Nota 4.2, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do **Plano II de Benefícios**. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, em 31/12/2016 apresentou resultado positivo de R\$95.710 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano II de Benefícios

Chamamos a atenção para a Nota 9, às demonstrações contábeis, que descreve que o Déficit Técnico Acumulado de R\$21.576 mil, equivalente a 2,03% das Provisões Matemáticas é caracterizado como sendo de origem conjuntural e após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$74.133 mil, apurado com base na Duração do Passivo de 9,00 anos, não existindo a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico no exercício subsequente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c) **Evento Subsequente**

Chamamos a atenção para a Nota 10, às demonstrações contábeis, que descreve que em 15 de fevereiro de 2017, por meio da portaria nº 149, a Previc aprovou o Regulamento do Plano III de Aposentadoria, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB sob o nº 2017.0002-56 e administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses. O prazo definido para início de funcionamento do Plano foi de até cento e oitenta dias. O Conselho Deliberativo da Baneses, em ata nº 28, de 20 de fevereiro de 2017, decidiu iniciar o Plano III de Aposentadoria em 02 de maio de 2017 (Data Efetiva do Plano), permitindo a adesão de empregados do Sistema Financeiro Banestes e da Baneses, não participantes. O plano III de Aposentadoria possui características de plano de Contribuição Definida – CD, ou seja, o valor do benefício é calculado no ato de concessão da aposentadoria, sendo resultante das contribuições realizadas pelo Participante e pelo Patrocinador ao longo dos anos. O Plano III de Aposentadoria permite, ainda, a contratação de benefício de risco para os casos de invalidez e morte, além de dar autonomia ao Participante na escolha da forma de receber o seu benefício de aposentadoria.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 22 de fevereiro de 2016, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos

e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pois que este tem previsão de exigibilidade em data posterior à emissão do Relatório dos Auditores Independentes, sendo o relatório de auditoria, inclusive, parte do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/0-3 F-ES

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361 S-ES

PARECER ATUARIAL DE 31/12/2016

PLANO II DE APOSENTADORIA

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube de Seguros, BANESTES Seguros SA e BANESTES Administradora, Corretora de Seguro, Previdência e Capitalização em 31 de dezembro de 2016.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2016.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	
Número	1.923
Idade Média (anos)	46,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	21,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	20,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	10,3
Salário Mensal Médio (R\$)	6.428,74
Folha Anual de Salários (R\$)	160.712.097,26

Participantes Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	
Número	57
Idade Média (anos)	44,0
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	18,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	17,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	13,4
Salário Mensal Médio (R\$)	5.165,61
Folha Anual de Salários (R\$)	3.827.717,14

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	
Número	2
Idade Média (anos)	54,8
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	N/A

(1) O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Participantes Assistidos e Beneficiários

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	1.619
Idade Média (anos)	64,7
Benefício Mensal Médio em R\$	4.606,54
Aposentados Inválidos	
Número	185
Idade Média (anos)	59,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.706,52
Beneficiários	
Número	267
Idade Média (anos)	67,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.510,22
Total	
Número	2.071
Idade Média (anos)	64,6
Benefício Mensal Médio em R\$	4.143,00

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2016. Na avaliação atuarial

esses valores foram projetados para 31/12/2016, refletindo o conceito de capacidade.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (-2% a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT-49
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Além de parte da inflação, medida pelo indexador do Plano, também é adicionado ao reajuste metade do rendimento em excesso à meta atuarial, conforme regulamento do Plano.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.

(5) Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

(6) A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e o benefício mínimo, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 29/12/2014, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 6,24%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva, considerando o cenário econômico, propôs a manutenção da taxa de 5,75% a.a. e o Conselho Deliberativo aprovou.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Aposentadoria.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2016.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.526.236.932,56
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.509.995.178,79
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.531.571.479,23
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.003.758.133,98
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.003.758.133,98
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	873.204.241,56
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	130.553.892,42
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	527.813.345,25
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	469.368.499,88
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	203.976.705,01

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	265.391.794,87
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	58.444.845,37
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	58.444.845,37
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinadores - Total	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinadores	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(21.576.300,44)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(21.576.300,44)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	21.576.300,44
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	16.241.753,77
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.241.753,77
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31 de dezembro de 2016, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Aposentadoria no exercício de 2016.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do atual inválido e do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

d) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte do aposentado e do participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano II de Aposentadoria avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano II de Aposentadoria mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Mercer que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 29, de 16/01/2017, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2016 corresponde a R\$ 95.709.595,54.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

NATUREZA DO RESULTADO

O principal fator que levou ao Déficit de 2,03% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi o valor apurado no exercício de 2013, devido à mudança da premissa de taxa de juros. Segundo o estudo da taxa de juros, este déficit será equacionado no longo prazo. Dessa forma o déficit atuarial é de natureza conjuntural.

Na avaliação atuarial de 31/12/2016 foi apurado déficit no valor de 21.576.300,44. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9 anos.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

A situação deficitária do Plano foi mantida, porém em patamar superior ao resultado obtido em 2015, em função do falecimento de participantes inativos com benefício médio inferior ao benefício médio da população.

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Os valores monetários apresentados a seguir correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2016:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2016
Normal		
Total de Benefícios	14,22%	23.418.850,56
Administração	1,00%	1.646.988,60
Custo Total	15.22%	25.065.839,16

Ressaltamos que durante o ano de 2017, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2017, quando comparados aos projetados para o exercício de 2016 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

PATROCINADORA

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Normal:** Corresponde, em média, a 6,04% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,54% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 10.767.542,66 em 31/12/2016).

PARTICIPANTES ATIVOS

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- **Contribuição Básica:** Corresponde, em média, a 8,18% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- **Contribuição Extra:** 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,68% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 14.298.296,50 em 31/12/2016).

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 0,5% do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado, referente à Contribuição Extra de Participante.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E DEPENDENTES COM BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - Contribuição de 5,2% do benefício.
- Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
 - Contribuição Extra, prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
 - Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.603,26	2,85	0,00
De 1.603,26 a 3.206,51	4,75	30,46
De 3.206,51 a 9.619,53	17,10	426,47
Acima de 9.619,53	20,90	792,01

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.603,26	3,00	0,00
De 1.603,26 a 3.206,51	5,00	32,07
De 3.206,51 a 9.619,53	18,00	448,91
Acima de 9.619,53	22,00	833,69

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
FAIXAS SALARIAIS R\$	PERCENTUAL %	PARCELA A DEDUZIR-R\$
Até 1.603,26	2,55	0,00
De 1.603,26 a 3.206,51	4,25	27,26
De 3.206,51 a 9.619,53	15,30	381,57
Acima de 9.619,53	18,70	708,64

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES está deficitário em 31/12/2016. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
M.I.B.A. nº 920

Daphinie Campos Martins
M.I.B.A. nº 2.541

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2016.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2016.

Vitória (ES), 18 de abril de 2017.

Nilson Elias Tristão
Presidente

Anselmo Custódio Lamas Lopes
Conselheiro

Maria Aparecida Gonçalves da Silva
Conselheira

Wander Egídio de Oliveira
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 28 de abril de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2016 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2016.

Vitória (ES), 28 de abril de 2017.

Mônica Campos Torres
Conselheira Presidente

Jovenal Gera
Conselheiro

Júlio César Gomes
Conselheiro

Réveles Belarmino dos Santos
Conselheiro

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

PATROCINADORES: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguros e Fundação Banestes de Seguridade Social – Baneses.

CONSELHO DELIBERATIVO: Mônica Campos Torres (Presidente), Cláudia Valli Cardoso Machado, Marcos Vinicius Nunes Montes, Jesse Gomes de Alvarenga, Júlio César Gomes e Laci José da Silva Carvalho.

DIRETORIA EXECUTIVA: Katya Elvira Paste (Diretora Superintendente em Substituição e Diretora de Investimentos) e Ricardo Gobbi (Diretor de Seguridade).

CONSELHO FISCAL: Nilson Elias Tristão (Presidente), Anselmo Custódio Lamas Lopes, Wander Egídio de Oliveira e Maria Aparecida Gonçalves da Silva.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES).

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO: Bios Editoração.



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL